

Judite Parreira; 21.11.2012

Educação – Programa do XI Governo

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores membros do Governo

A Educação é, certamente, um grande sustentáculo do desenvolvimento da sociedade.

Para que a sociedade açoriana se desenvolva de forma global e harmoniosa é essencial que o ensino e formação sejam de elevada qualidade. Só assim se conseguirá atingir a qualificação e o crescimento desejáveis para os Açores.

Porém, e para que a educação possa assegurar um sucesso real, um desenvolvimento e crescimento sustentáveis, tem de ser alicerçada em políticas de rigor e de exigência, de inovação e de reflexão, que promovam o sucesso educativo, estimulando a excelência e o mérito, envolvendo alunos e professores, pais e encarregados de educação, bem como toda a sociedade civil.

As políticas educativas desenvolvidas nos Açores, têm sido um dos projetos de ação prioritários de todos os governos.

O Programa do XI Governo Regional, na área da Educação, aponta para a continuidade de algumas dessas políticas, em linha com o que já vinha sendo feito pelo anterior governo, a par de algumas medidas inovadoras decorrentes da evolução e dinâmica social.

Assim, a consolidação e avaliação do Currículo Regional surge como uma das metas a atingir ao longo desta legislatura.

Conscientes da importância do desenvolvimento do Currículo Regional como afirmação de uma política educativa autónoma, desejamos que este não se transforme num espartilho e, por isso, saudamos a medida prevista no Programa do Governo em “promover uma maior articulação entre o Sistema Educativo dos Açores e o correspondente sistema nacional”.

Ficaremos, expectantes, a aguardar as iniciativas que irão ser implementadas nesta área.

O PSD já anteriormente havia dito, que: “Não há política educativa nem reformas do ensino que tenham a mínima possibilidade de sucesso se nelas os professores não se reveem nem se sentem implicados”.

Apraz-nos, pois, verificar que um dos objetivos deste programa é de promoção e valorização da carreira docente como fonte de motivação profissional dos docentes. Impulsionadora da responsabilização pelo desempenho dos alunos e da melhoria do sistema educativo regional, quer através da dignificação do seu estatuto e imagem profissional, quer através da promoção e reconhecimento público das boas práticas, quer, ainda, através da

simplificação e agilização do processo de avaliação de desempenho dos docentes, “tornando-o justo e consequente”.

Poderemos, então, inferir tratar-se da assunção de que o processo de avaliação dos docentes, tal como está, e como aqui denunciámos, não era nem justo nem consequente?

Verificamos, ainda, que o processo de desburocratização continua a ser prioritário. Esperamos que, finalmente, se materialize algo de mais concreto, para que os professores tenham mais tempo para se dedicar ao essencial, que é o desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas práticas educativas.

A autonomia foi, desde sempre, uma aspiração das escolas e de todos quantos a elas estão ligados. Assim, a valorização do Regime de Autonomia e Gestão Democrática das Escolas não pode ser apenas uma operação de cosmética porque representa um papel fundamental num momento em que a escola se deve assumir como um espaço de liberdade e de prática democrática, usufruindo de todos os aspetos da nova autonomia como contributo para a educação cívica dos alunos e dos restantes membros da comunidade educativa, contando com a participação, a cooperação e a responsabilização de todos os agentes.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores membros do governo

Conforme dissemos anteriormente, urge envolver e comprometer toda a comunidade no processo educativo dos alunos. Congratulamo-nos com o facto de o programa apontar para uma corresponsabilização dos pais e encarregados de educação no diagnóstico e resolução de problemas que condicionam o sucesso escolar dos seus educandos.

Desejamos que estas medidas se traduzam em resultados significativos quer ao nível do desenvolvimento de competências, quer da consolidação da disciplina, já que o estatuto do aluno ainda não se revelou devidamente eficaz neste último aspeto.

Verificamos, ainda, que se por um lado o programa aponta para uma articulação entre as políticas educativas regionais e nacionais, por outro lado revela uma clara demarcação das reformas nacionais, consideradas “atabalhoadas” e visando uma exclusiva redução da despesa pública.

Como explicar, então, o facto de não estarmos melhor classificados no Ranking das Escolas?

Esperamos que os objetivos e medidas preconizadas no programa se concretizem ao longo da legislatura, a bem dos Açores e dos açorianos.

Tenho dito.

Horta, 21 – 11 – 2012

Judite Parreira

Deputada Regional